



Anais da Assembléia

N.º 158

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 233ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglío, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal e Inspeção Regional de Ensino da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 286/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 234ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglío, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Érico Veríssimo, ocorrido na última semana.

Outrossim, aprovado o presente requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Assembléia do Rio Grande do Sul, na pessoa do Sr. Presidente daquela Casa.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, um voto de pesar pelo falecimento do Desembargador José Pacheco Neto, ocorrido na última sexta-feira.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, ouvido o plenário, a inserção em ata, de

voto de pesar em virtude do trágico desaparecimento dos jovens universitários Valdir Santin, Mário Eugênio Furtado, Luiz Fernando Furtado e Dalton Domingos Fernandes, todos residentes na cidade de Nova Londrina e Mário Correia, residente nesta Capital, vitimados em acidente automobilístico, ocorrido às seis horas, do último dia 29, nas proximidades da cidade de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Profundamente consternado pelo fatal acidente ocorrido às primeiras horas deste último sábado no qual pereceram tragicamente os estudantes universitários Valdir Santin, Mário Eugênio Furtado, Luiz Fernando Furtado e Dalton Domingos Fernandes, residentes na cidade de Nova Londrina e Mário Correia, desta Capital, este Deputado expressa sentimentos de tristeza e transmite às famílias enlutadas, sinceras condolências, solidarizando-se na dor que atravessa corações dos pais, irmãos, parentes e amigos dos jovens pranteados.

Faz-se mister enfatizar nesse momento, o prestígio que goza as famílias pioneiras e laboriosas dos estudantes que choramos, dentro da comunidade novalondrinense, prestígio este anegado pela retidão de suas condutas, pelo amor ao trabalho e pela dedicação ao próximo.

Faz-se mister enaltecer a memória dos que partiram, os quais, em vida, pontilharam suas existências nas trilhas da virtude, respeitando-se e em se fazendo dignos de respeito, norteando-se sempre por princípios de religiosidade, de amor à Mãe Pátria, buscando atingir nobres ideais e sempre estendendo as mãos aos que a eles recorriam.

E porisso, cremos ser mister ainda, estender nossos pêsames à toda a população de Nova Londrina, contristada e estarecida, pelo súbito desaparecimento de filhos pelos quais tinha orgulho.

Requeremos à Mesa, portanto, a comunicação também dessa nossa iniciativa em momento algum desejada, mas imposta pela vontade soberana de Deus, aos Poderes Públicos Municipais de Nova Londrina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício à S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando que se digne determinar a instalação de um Posto de Saúde em Oliveira Castro, município de Guaíra.

O local, em franco progresso e desenvolvimento, resente-se deste benefício, ocasionando sérios transtornos aos seus moradores, havendo, em consequência, urgência da adoção da pleiteada medida.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 176/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituída uma gratificação especial, correspondente a 40 por cento sobre os respectivos vencimentos, em favor dos servidores que operam direta e exclusivamente com Raios X e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação.

Art. 2º — São beneficiários da gratificação de que trata o art. anterior:

a) os ocupantes dos cargos de série de classe de "Médico", portadores de certificado de Radiologia devidamente registrado no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Conselho Regional de Medicina;

b) os ocupantes dos cargos da série de Cirurgião-Dentista, portadores de certificado de Radiologia dentária devidamente inscritos no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e Conselho Regional de Odontologia;

c) os demais servidores que também operem direta e exclusivamente com Raios X e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, portadores de certificado de "Operador de Raios X" devidamente registrados nas repartições sanitárias competentes.

Art. 3º — Não serão abrangidos por esta Lei:

a) os servidores estaduais que, no exercício de tarefas assessorias ou auxiliares, fiquem expostos às irradiações apenas em caráter esporádico, eventual ou ocasional, por não executarem serviços exclusivos neste sentido;

b) os servidores que, embora enquadrados no disposto no art. 1º desta lei, estejam afastados do exercício de suas atribuições normais, exceto nos casos de férias, licença prêmio, casamento, luto, convocação para júri, licença para tratamento de saúde, licença para gestação, licença por motivo de acidente ou moléstia adquirida em serviço, doenças em pessoas da família devidamente comprovada por laudo médico oficial, missão ou estudo de interesse da administração, quando o afastamento tiver sido autorizado pelo Governo do Estado.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

É geralmente sabido por todos que a exposição do organismo humano, em caráter contínuo e permanente, às irradiações de Racio X e de substâncias radioativas, constitui um tremendo risco para a vida e a saúde.

Esse risco, apesar de todas as precauções e medidas de segurança adotadas, não desaparece por completo em relação aos servidores a quem esta proposição pretende beneficiar.

A instituição da gratificação especial de quarenta por cento sobre os vencimentos se justifica plenamente, porque lhes asseguraria, inclusive, meios financeiros mais substanciais para a adoção de medidas profiláticas de ordem geral que a medicina aconselha em tais casos, principalmente as relacionadas com o regime dietético.

Por essas razões, sucintamente expostas, esperamos a aprovação do Projeto de Lei que agora apresentamos à consideração dos nossos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente, Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Pausa). — Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Ausente o Deputado Nilso Sguarezi, concedo a palavra ao quarto orador, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Não se encontrando presente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros. Não se encontrando presente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. Não se encontrando presente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Deputado José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do município de Londrina conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ e CTIC, Emenda de Plenário, com Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/75, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que declara de utilidade pública a augusta e respeitável Loja Simbólica Filantrópica Guarapuavana, com sede na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 124/75, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba — FUR, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 127/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 266/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Barracão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 128/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 267/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Santana do Itararé, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 129/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 269/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Grandes Rios, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que acresce do parágrafo único que especifica, ao artigo 142, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Parecer favorável da CRH., Em regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 82/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que classifica de acordo com o princípio de hierarquia, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades, os Órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 82/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, serão classificados de acordo com o princípio de hierarquia e tendo em vista a importância, o vulto e a comple-

xidade das respectivas atribuições e responsabilidades.

Parágrafo único — A classificação dos órgãos referidos neste artigo, inclusive os já regulados por disposições especiais, será estabelecida por decreto, que fixará o valor da gratificação de presença e estabelecerá o máximo de sessões mensais remuneradas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1974.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende, por este projeto, é aplicação pura e simples, no âmbito da administração estadual, da Lei federal 5708, de 4 de outubro de 1971. Sobre a justiça da medida nada há o que acrescentar, visto como todos escalões do Poder Federal, cada qual a seu tempo, opinaram durante a elaboração da norma, que se visa adotar, nesta oportunidade.

Anexos:

- 1 — cópia da Lei nº 5708, de 04 de outubro de 1971;
- 2 — relação dos órgãos abrangidos pela iniciativa.

a) MAURÍCIO FRUET

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 82/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, visa classificar de acordo com o princípio de hierarquia e tendo em vista a importância, o vulto e a complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades, os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, e dá outras providências.

Na justificativa, o autor do Projeto destaca que a finalidade precípua do mesmo, se prende a aplicação no âmbito da administração da Lei Federal 5708, de 04 de outubro de 1971.

No aspecto constitucional nada há que se oponha.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SQUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 82/74

Identificando-se com o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, como de opinião favorável, e pela sua aprovação do presente Projeto de Lei, que irá de encontro e em conformidade com a Lei Federal nº 5708/71, de 04/10/71.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 73/75, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir a responsabilidade da Secretaria dos Transportes através do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Palmerinha a Santa Maria, no município de Pitanga e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. e Como Sugestão ao Poder Executivo da CJ e favorável da COPTC — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 73/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Distrito de Palmeirinha ao Distrito de Santa Maria, no município de Pitanga, passando pelo Distrito de Campina do Simão, numa extensão de aproximadamente trinta (30) km.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de junho de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A medida preconizada por este plano de lei virá beneficiar uma região importante do nosso Estado. Pela sua prosperidade, ela ressurte-se da conservação e melhoria do referido trecho rodoviário, que sevirá para o escoamento dos seus produtos agrícolas. A sua agricultura é altamente significativa e promete uma abundante produção de cereais que, certamente, proporcionará riqueza ao próprio Estado do Paraná. O seu desenvolvimento crescente a torna merecedora do benefício aqui pleiteado. Estes são os motivos que nos levam a apresentar esta proposição à apreciação dos nobres pares, esperando para a mesma apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 73/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão visa autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Palmeirinha a Santa Maria, no município de Pitanga passando pelo Distrito de Campina do Simão.

Embora a justificativa apresentada e as intenções do autor do Projeto sejam das mais louváveis, no nosso entender, a proposição fere os dispositivos da Constituição Estadual, que prevê nos artigos 25 e 35, e matéria que impliquem ou alterem a despesa, são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Assim, tal medida poderia ser encaminhada através de sugestão.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei nº 73/75, por ser inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 73/75

O Projeto de Lei que apreciamos nesta oportunidade de autoria do Ilustre autor Deputado Aragão de Mattos Leão Filho caracteriza sem dúvida alguma a nobreza de sua intenção, buscando resolução de um problema fundamentalmente de Justiça; entretanto envolve o referido Projeto economias do Estado, estando assim vinculado às obrigações do Executivo; logo esta Comissão em obediência a preceitos Constitucionais é, de Parecer, que se transforme o Projeto em Pauta em sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Este é o nosso Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) LÚCIO MACHADO — Relator

— Em votação o parecer apresentado pela Comissão de Finanças. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 73/75

PARECER

De autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, objetiva este Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Distrito de Palmeirinha ao Distrito de Santa Maria, no município de Pitanga, passando pelo Distrito de Campina do Simão, numa extensão de aproximadamente trinta (30) quilômetros.

Embora a douda Comissão de Constituição e Justiça tenha se manifestado contrariamente à matéria, entendemos que este plano de lei merece ser acolhido pela Casa, tendo em vista que trata-se de mera autorização ao Chefe do Poder Executivo, e também levando em conta os benefícios que a medida, se concretizada, proporcionaria a essa região da importância fundamental para nosso Estado, pela sua produção agrícola que necessita de boas rodovias para o seu escoamento.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN — Presidente

a) DAVID FEDERMANN — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que dispõe sobre a Deputado das alíquotas do ICM, incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 87/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Em qualquer forma de licitação, tanto nos órgãos da administração direta, como nos integrantes da administração indireta, será deduzida importância correspondente à alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias, incidente sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná, cujo abatimento será considerado, no confronto com as propostas de empresas sediadas em outros Estados.

Art. 2º — O Poder Executivo, se julgar necessário, baixará as normas regulamentares da presente lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A norma deste projeto amplia o que já constava do Decreto nº 475, de 28 de junho de 1971, com a finalidade de proteger a empresa paranaense, nos negócios com o Estado, em confronto com organizações de finalidades econômicas de outras praças.

A medida protecionista dos empreendimentos sediados em nosso Estado está em perfeita consonância com a política adotada na maioria das demais unidades federadas e representa a tendência de fortalecer os polos de desenvolvimento, segundo a estratégia do governo central.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 87/75

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, objetiva permitir seja reduzida dos valores das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná, nas licitações de qualquer forma, o valor correspondente ao ICM.

2 — A justificação que acompanha o projeto nos dá notícia do que realmente vem ocorrendo presentemente, através de norma constante do Decreto nº 475, de 28 de julho de 1971, que permite, ou melhor adotada uma medida protecionista com relação aos empreendimentos sediados em nosso Estado. A medida proposta amplia o que já consta do citado Decreto, em consonância com a política adotada na maioria das demais unidades da Federação e visa, acima de tudo, o fortalecimento dos polos de desenvolvimento.

3 — O desconto da importância referente ao ICM, no valor das propostas, colocará as empresas sediadas no Estado em igualdade de condições com as que, com sede em outros Estados, participam das licitações junto à Administração Pública, direta ou indireta. Isso porque aquelas estão sujeitas aos pagamentos do ICM no nosso Estado, ao passo que as demais, não estando sujeitas a esse pagamento, podem perfeitamente apresentar propostas inferiores, já descontadas do valor equivalente a essa alíquota.

O projeto não fere qualquer disposição constitucional ou legal vigente, pelo que o nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 87/75

A matéria está claramente exposta e recebeu consolidação da douta Comissão de Constituição e Justiça, à unanimidade.

Na realidade, o Projeto do eminente deputado Luiz Gabriel Sampaio, é justo em sua pretensão, protegendo as empresas paranaenses nos confrontos com as de outros Estados, sem estabelecer, contudo, qualquer discricionarismo.

Opinamos, pois, em favor da aprovação do plano de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) MUGGIATI FILHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 91/75, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente, a Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM (Lei nº 6.364, de 29 de novembro de 1972). Pareceres favoráveis da CCJ e CF., com Emendas. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 150/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O inciso III do art. 13 da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“III — O contribuinte estabelecido neste Estado, inscrito no Cadastro de Contribuintes, que de outro, não inscrito, também localizado no Estado, receber mercadoria em operação tributável.”

Art. 2º — O inciso II do art. 19 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972 passa a ter a seguinte redação:

“II — pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, nas condições e prazos previstos em Instrução da Secretaria das Finanças”.

Art. 3º — O artigo 22 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 — Fica sujeita a atualização monetária, a parcela do crédito tributário relativa do ICM, não extinto nos prazos regulamentares.

§ 1º — A correção monetária será determinada com base nos coeficientes de atualização vigorantes no mês em que ocorrer o pagamento do ICM, fora do prazo, estabelecidos, mensalmente, pela Secretaria das Finanças, que observará, para esse fim, os adotados pelos órgãos federais competentes, relativamente às obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ou aos créditos tributários federais.

§ 2º — Constitui termo inicial para a aplicação dos coeficientes de correção monetária:

1 — nos casos em que o ICM seja objeto de denúncia espontânea, ou de lançamento em processo administrativo fiscal, — o mês seguinte ao em que expirou o prazo de pagamento;

2 — quando se tratar de ICM a pagar, declarado em Guia de Informação e Apuração, — o mês em que recair a data da inscrição em dívida ativa, decorrente de processo administrativo-fiscal de instrução sumária;

§ 3º — Passa a vencer correção monetária do ICM já corrigido a partir do mês em que ocorrer a rescisão de acordo para pagamento parcelado do crédito tributário”.

Art. 4º — O “caput” do art. 23 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 23 — O crédito tributário será acrescido do juro de mora de 1 por cento ao mês, não capitalizável”.

Parágrafo único — O § 2º do artigo 23 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972 fica acrescido mais um item com a seguinte redação:

“4. Nos casos de denúncia espontânea a que se refere o § 2º do artigo 24, a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento do ICM”.

Art. 5º — O § 2º do art. 24 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte ou responsável efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal de seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o pagamento do tributo devido, monetariamente atualizado, e do acréscimo moratório previsto artigo 23”.

Art. 6º — O 9º do art. 38 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 9º — Nas saídas sem débito do imposto, com expressa manutenção de crédito, de produtos abrangidos anteriormente por deferimento ou suspensão, fica dispensado o pagamento do imposto deferido ou suspenso”.

Art. 7º — O art. 45 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 45 — A Secretaria das Finanças deve arrolar, em Instrução, as hipóteses de imunidade e de isenção, onservadas as disposições previstas:

a) — na Constituição da República Federativa do Brasil;
b) — em lei complementar ou de natureza complementar (art. 19, 4 2º da Constituição da República Federativa do Brasil);
c) — em tratados e convenções internacionais (art. 98 do Código Tributário Nacional);

d— em convênios celebrados e retificados na forma da Lei Complementar do art. 23, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil”.

Art. 8º — Os itens 2, 3, 4 letra B, 5 letra A e 8 do § 1º do art. 54 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“2. EQUIVALENTE a 60 por cento DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao sujeito passivo que nos casos não previstos no item anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária”.

“3. EQUIVALENTE a 60 por cento DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização de crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei”.

“4. ...

“b) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito, mercadorias isentas ou imunes, desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar”

“5. ...

“a) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito mercadorias tributadas, desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar”.

“8. EQUIVALENTE A 7 por cento DO VALOR DAS MERCADORIAS: ao sujeito passivo que transitar, ou manter em estoque, ou depósito, sem documentação fiscal regulamentar, produtos cujas operações sejam beneficiadas com suspensão ou deferimento do pagamento do imposto”;

§ 1º — Fica reduzida em cinquenta por cento a multa prevista no item 4 do § 1º do artigo 54 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

§ 2º — Ao item 11 do § 1º do art. 54 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972 fica acrescida mais uma alínea com a seguinte redação:

“d — ao sujeito passivo que lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno”.

Art. 9º — Ficam insubsistentes, a partir da data desta lei, as atualizações dos valores expressos em cruzeiros, efetivadas de acordo com o § 2º do artigo 54 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

Parágrafo único — Ficam restabelecidos os valores originais, expressos em cruzeiros na Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 10 — As multas previstas nos artigos 8, 9 e 11 desta Lei aplicar-se-ão, igualmente, em relação as infrações ocorridas antes desta lei e pendentes de regularização.

Art. 11 — O § 3º do art. 54 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo art. 5º da Lei 6551 de 07 de junho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), ressalvada a hipótese do art. 58 na qual a penalidade mínima só prevalecerá após decorridos os prazos ali previstos sem que ocorra o pagamento do ICM com multa reduzida aos valores permitidos”.

Art. 12 — Ao Parágrafo Único do art. 56 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, ficam acrescentados mais dois itens com a seguinte redação:

“39 — A dívida ativa será cancelada, observada a forma prevista em Instrução da Secretaria das Finanças, nos casos:

- a) — de extinção do crédito tributário;
- b) — de exclusão do crédito tributário;
- c) — de regularização de divergência de créditos tributários originários de processo administrativo-fiscal de rito sumário;

d) — em que, em hipótese idêntica, tenha o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais decidido, reiteradamente

de forma favorável ao sujeito passivo da obrigação — tributária”.

“40 — Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração, ou com a decisão de primeira instância, poderá respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário, apenas em relação a parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada”.

Art. 13 — O artigo 57 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo artigo 8º da Lei 6551, de 07 de julho de 1974, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 57 — Quando ocorrer a infração descrita na letra A do item 1 do § 1º do art. 54, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICM e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência de declaração do próprio contribuinte, na guia de que trata o § 3º do art. 28, qualquer reclamação ou recurso.

q § 1º — O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á, automaticamente:

1. Quando o infrator pagar o total do imposto a recolher, por ele declarado na guia de Informação e Apuração do ICM e a multa de que trata a letra A do item 1 do § 1º do art. 54 com a redução cabível conforme o art. 58;

2. Com o decurso do prazo de 90 dias contados da data da expiração do prazo do pagamento, previsto na legislação tributária, sem que seja extinto o total do crédito tributário declarado, caso em que será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

3. Quando decorridos os 90 dias de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago fora do prazo, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado em guia de informação e apuração e não tenha recolhido a quantia da multa descrita na letra A do item 1 do § 1º do art. 54, caso em que o valor da pena, reduzido em relação a data do pagamento do imposto, conforme o artigo 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado, ressalvada a observância, quando cabível, do valor indicado no § 3º do artigo 54;

4. Na ocasião em que for emitido auto de infração na forma indicada no parágrafo seguinte.

§ 2º — Quando, vencido o prazo de 90 dias, a que se refere o item 2 do parágrafo anterior, houver, em relação a Guia de Informação e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto e recolher relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para início de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra B do item 1 do § 1º do art. 54, incluindo-se nesse lançamento, quando exigível:

1 — O valor correspondente à diferença entre a multa indicada na letra A do item 1 do § 1º do art. 54, com a redução prevista no art. 58, cabível em relação à data do pagamento insuficiente do ICM e a multa paga na referida data, ou,

2 — O valor da multa a que se refere a letra A do item 1 do § 1º do art. 54, que deixou de ser recolhida na data do pagamento insuficiente do ICM, aplicando-se a redução de que trata o artigo 58, compatível com a data do referido pagamento.

Art. 14 — O art. 58 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, alterado, parcialmente, pela lei 6551, de 07 de julho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 58 — A multa prevista na letra A do item 1 do § 1º do art. 54, será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a) — até 10 (dez) dias contados da data da expiração do prazo de pagamento para 1 por cento do valor do imposto pago;

b) — de 11 (onze) dias até 60 (sessenta) dias contados da data referida na letra anterior, para 10 por cento do valor do imposto pago;

c) — de 61 (sessenta e um) dias até 90 (noventa) dias da data indicada na letra A para 20 por cento do imposto pago”.

Art. 15 — O § 1º do art. 59 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor como parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único — O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório”.

Art. 16 — O CAPUT do art. 63 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 63 — Fica o Secretário das Finanças autorizado, na forma do inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, a remitir créditos tributários cujo valor seja inferior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros)”.

Art. 17 — O artigo 64 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 64 — Quando houver conveniência para a administração tributária estadual, poderá a Secretaria das Finanças, em substituição ao rito referido no art. 57, adotar o do artigo 56.

Parágrafo único — Quando a administração tributária adotar, na forma deste artigo o rito do art. 56, ficam asseguradas aos contribuintes as reduções nas multas, nas condições esbatecidas no art. 58”.

Art. 18 — Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972:

Alteração Primeira — A expressão Secretaria da Fazenda fica substituída por Secretaria das Finanças.

Alteração segunda — A expressão Secretário da Fazenda fica substituída por Secretário das Finanças.

Alteração terceira: A expressão Departamento de Rendas Internas fica substituída pela expressão: Coordenação da Receita do Estado.

Alteração quarta: a expressão Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda fica substituída pela expressão: Procuradoria Fiscal do Estado.

Art. 19 — Fica a Secretaria das Finanças autorizada a promover campanha de estímulo a emissão de documentos fiscais nas operações tributáveis relativas ao ICM mediante a distribuição de prêmios.

Art. 20 — Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972; item 2 do Parágrafo Único do art. 8º; item 14 do § 1º do art. 54; § 2º do art. 54; parágrafos 2, 3 e 4º do art. 59; art. 62 e Parágrafo único do art. 65.

Art. 21 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ — SECRETARIA DAS FINANÇAS

Curitiba, 12 de agosto de 1975.

Of. nº 559/75

Senhor Governador.

Estou encaminhando a V. Exa., em anexo, esboço de Lei que objetiva reformular, parcialmente, a Lei orgânica do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias (Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972) - ICM.

A Federação das Associações Comerciais do Paraná apresentou algumas reivindicações decorrentes de proposições aprovadas no Congresso de Praia de Leste, pertinentes ao sistema penal, consubstanciado na lei do ICM. Esse estudo constituiu-se o termo inicial dos trabalhos que resultarem no incluso anteprojeto de lei.

Recebidas as mencionadas sugestões a Secretaria das Finanças achou oportuno valer-se do ensejo para rever também, alguns preceitos da referida lei, atendendo ao interesse da própria administração fazendária.

A Assessoria Tributária desta Pasta elaborou, assim, um primeiro estudo, aproveitando algumas das proposições da Federação das Associações Comerciais e, igualmente, as alterações de interesse da própria administração.

A Assessoria Tributária desta Pasta elaborou, assim, um primeiro estudo, aproveitando algumas das proposições da Federação das Associações Comerciais e, igualmente, as alterações de interesse da própria administração.

O referido estudo foi distribuído para as entidades de classe e para especialistas em direito tributário, visando-se obter sugestões adicionais.

Inúmeras entidades de classe e vários tributaristas paranaenses apresentaram sugestões ao estudo distribuído pela Secretaria das Finanças. Essas proposições foram apreciadas por um grupo de trabalho coordenado pela Assessoria Tributária. As sugestões aprovadas foram incorporadas ao estudo final ora encaminhado ao exame de V. Exa.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Exa. protestos de alto apreço e real consideração.

a) JAYME PROSDÓCIMO - Secretário das Finanças.

JUSTIFICATIVAS:

Art. 1º — A redação proposta para o inciso III do art. 13 objetiva equalizar o tratamento tributário da sujeição passiva indireta (responsável) em todo o território do Estado, não importando a localização do vendedor (contribuinte não inscrito no cadastro) e do comprador (contribuinte inscrito no cadastro). É verdade que, tratando-se de produtos primários, a hipótese de responsabilidade do comprador, no pagamento do imposto devido na operação de aquisição ao produtor, praticamente não ocorrerá, porquanto em relação a quase todas essas mercadorias o Estado estabeleceu, isenção, diferimento ou suspensão.

Art. 2º — A alteração objetiva suprimir a dúvida existente em relação ao enquadramento dos contribuintes industriais não autorizados a pagar imposto em prazos maiores, segundo critério de prazo médio de faturamento. A dúvida gerada pela redação vigente recai em se saber se o prazo de pagamento para tais contribuintes é o indicado no inciso I do art. 19, ou o de 30 dias referido no inciso II. Com a redação proposta ficará fora de dúvida de que nas circunstâncias referidas, de estabelecimentos industriais não autorizados — o prazo será idêntico ao adotado para os comerciantes (inciso I do art. 19).

Art. 3º — O instituto da correção monetária (art. 22) foi aperfeiçoado e adaptado as demais alterações constantes do esboço de lei, particularmente a que se refere ao mecanismo da denúncia espontânea.

Nesse sentido a correção poderá ser feita mensalmente, em substituição ao sistema trimestral anterior, justamente para alcançar as hipóteses de denúncia espontânea.

Tendo em vista decisões judiciais reiteradas, invalidando a incidência de correção monetária de multa, a proposição

mantém a atualização apenas da parcela do crédito tributário concernente ao imposto.

De outro lado, com base na lei federal 4357, de 16.07.64, estabelecem-se como parâmetro para a elaboração dos coeficientes a serem aplicados, o relativo à atualização do valor das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 4º — o percentual dos juros de mora (art. 23) voltarem ao nível anterior, de 1 por cento ao mês, não capitalizável, tendo em vista, principalmente, a recomposição dos valores das penalidades que forem reduzidos, e também, da supressão dos acréscimos para denúncia espontânea, que variam,

hoje, de 5 até 40 por cento do valor do ICM pago, conforme a época em que se efetivar o comparecimento voluntário.

Parágrafo Único - O item 4 ao § 2º do art. 23, proposto neste parágrafo, visa complementar a reformulação do instituto da denúncia espontânea, em que seriam devidos, com o pagamento do ICM, monetariamente corrigido, apenas juros de mora, com eliminação dos acréscimos, ou de multas, estas ilididas pelo art 138 do Código Tributário Nacional, em decorrência da exclusão da responsabilidade por infração.

Art. 5º - A modificação do § 2º do art. 24 é imperativo a que se não pode fugir, face ao que preceitua no art. 138 do CTN. A reformulação proposta, além de atender ordenamento jurídico do sistema tributário, já reiteradamente postulado pelos tributaristas paranaenses, implicará em se estabelecer uma abertura boa para o campo financeiro, em que existem perspectivas de atendimento de duplo interesse. De um lado, em relação aos contribuintes, que terão facilitada de menor oneração para a denúncia espontânea. De outro lado, pertinentemente a própria administração que teria por via de consequência, maiores ingressos fiscais.

Art. 6º - A proposição ensartada na nova redação ao § 9º do Art. 38 atenderá princípio de economia. É muito mais consentânea, havendo manutenção de crédito na saída sem débito na saída sem débito do imposto, que se dispense o pagamento do tributo anteriormente diferido ou suspenso do que exigí-lo, sem a obrigatoriedade de estorno.

Art. 7º - Tendo em vista as disposições consubstanciadas na Lei Complementar 24 de 7.1.75, que regulamentou o art. 23, § 6º da Constituição, e considerando o contido no Convênio ICM 1/75, aprovado, no plano estadual, pelo Decreto 6.609 de 14 de março de 1975, as isenções que não forem respaldadas em convênio, que tenham sido incorporadas ao patrimônio jurídico do contribuinte, ou que não tenham sido objeto de Lei Complementar (artigo 19, § 2º da Constituição), ou, ainda, que não sejam decorrentes de convenções ou tratados, perderão eficácia em 31 de dezembro de 1975.

Diante dessas circunstâncias o art. 45 da lei 6364 passaria a ser declaratória. Com essa natureza jurídica o tol dos benefícios fiscais pode, com melhor oportunidade, ser explicitado em ato emanado da administração fazendária. As atualizações da relação seriam efetivadas, por igual, com mesmo tipo de ato, com agilização muito mais representativa.

Art. 8º e § 1º

Nessa parte do projeto de leis e reduz algumas penalidades que é de 100 por cento do valor do imposto ficaria diminuída para 60 por cento. A de 10 por cento do valor das mercadorias ficaria reduzida para:

- a) operações com diferimento ou suspensão para 7 por cento.
- b) operações com diferimento ou suspensão para cinco por cento. Não é que se queira, no Paraná, estabelecer, com as reduções, um oasis para o sonegador, mas, ao contrário, ao mesmo tempo em que com os novos valores, continua-se a desencorajar a transgressão tributária, procurar-se-ia possibilitar, num esquema financeiro razoável, a regularização dos casos apurados em processos administrativo-fiscais.

§ 2º - O acréscimo proposto colima expurgar tormentosa questão hoje existente em relação a inteligência do preceito penal tributário correspondente a escrituração indevida de créditos. No item 3 do parágrafo primeiro do art. 54, conforme a redação proposta, estará inserida a hipótese de infração correspondente a utilização de crédito fiscal. Na letra d do item 11 do parágrafo 1º do art. 54, com multa prevista em menor nível, está colocada a hipótese de escrituração indevida de crédito sem o benefício da utilização.

ART. 9º e PARÁGRAFO ÚNICO.

Aqui também se propõe a redução das multas. Tratam-se das multas formais, em relação as quais restabelecem-se os níveis originais vigorantes na lei 6364/72.

Art. 10 - De certa forma o preceito contido na proposta já está escrito no art. 61, parágrafo único da Lei 6364/72 e no artigo 106, II. c do CTN. Por amor a clareza é que se repetiu, o princípio de reteratividade ao fato pretérito, com outras palavras, principalmente para afastar dúvidas que poderiam ser suscitadas por interpretação menos avisadas, ilidindo, exemplificativamente a possibilidade de revisão das multas em relação aos saldos de parcelamentos ainda não quitados.

ART. 11.

ãA nova redação sugerida para o § 2º so artigo 54 tem o exclusivo escopo de adequá-la à reforma proposta no art. 58.

ART. 12.

Duas inclusões ao § único do art. 56 são propostas. A primeira dispensa maiores comentários justificativos, pois decorre preceitos do CTN e da própria legislação estadual, pertinente a procedimentos administrativo-tributários.

A segunda, inovando o processo com a diminuição da área de atrito na redação jurídico-tributária, merece ser sublinhada pela importância que teria, tanto para a administração tributária, como para o próprio contribuinte.

Em relação ao Estado, abreviar-se-ia o ingresso no crédito tributário, parcialmente considerado, sem a espera da execução da decisão definitiva.

Para o contribuinte, representaria redução de onus, resultante, sobretudo, do não vencimento de correção monetária sobre a parcela do ICM não discutida e paag na forma do dispositivo legal proposto.

ART. 13.

A reconstrução do art. 57, que disciplina o PAF de ritosumario, fio motivado pela necessidade de adaptação e de se manter consistência com a alteração que se visa processar no art. 58, reduzindo-se o prazo da instância única, de 120 para 90 dias., bem como o valor das multas cabíveis, em cronograma mais favorável ao contribuinte nos casos de regularização de infrações.

ART. 14.

Sustanciais alterações estão propostas nesse desígnio de lei. Estão sugeridos o reescalamento dos prazos do rito sumário em que, com o pagamento do ICM, se poderá pagar com redução a multa da letra a do item 1 do § 1º do art. 54. Nos primeiros dias, contados da data da expiração do prazo de pagamento do ICM, declarado na GIA pelo contribuinte, a referida multa ficaria reduzida para apenas 1 por cento do do tributo pago.

Esse valor da pena pecuniária guarda relação com o valor do acréscimo da denúncia espontânea (1 por cento de juros), de forma a não penalizar o contribuinte que declara o imposto devido em GIA.

Dum outro plano, torna menos onerosa a regularização das infrações antes de escoaado o prazo de 90 dias instância única que que, hoje, alcança 120 dias.

ART. 15.

A reformulação parcial do artigo 59 objetiva tornar flexível a regulamentação do instituto do parcelamento de créditos tributários.

A revogação dos parágrafos 2. 3, e 4º do artigo 159, no artigo 20, do anteprojeto, implementa meios para que tal objetivo seja colimado.

ART. 16.

A nova redação sugerida para o art. 63 decorre do disposto no art. primeiro da Lei Federal 6205 de 29 de abril de 1975, que veda, expressamente, a adoção do salário mínimo como parâmetro

para a fixação de escala movel de reajustamentos.

ART. 17.

O mecanismo alternativo consubstanciado no art. 17 do antepiano de Lei e de caráter programático. Qualquer dos dois tipos traz a esta mesma oneração fiscal, razão porque a alternativa prevista é financeiramente neutra para o contribuinte e significativa importante para a administração tributária que poderá escolher a forma mais simples e que represente menores custos de processamento dos programas inerente a cobrança de créditos tributários não extintos nos prazos regulamentares.

ART. 18

As alterações propostas neste artigo são meramente de forma.

ART. 19.

A idéia é aumentar o número de instrumentos já existentes próprios para a consecução da política de fiscalização tributária indireta.

ART. 20.

Nesse preceito revogam-se dispositivos que perderam objetividade, principalmente em decorrência das alterações propostas no anteprojeto de lei e das disposições relativas às normas gerais de direito tributário, expendidas pela União.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 150/75

Autor: PODER EXECUTIVO

P A R E C E R

Com a presente Mensagem propõe o Poder Executivo alterações na Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias — CM, que, em sua estrutura geral virá a beneficiar os contribuintes no que tange à aplicação de penas pecuniárias, reduzindo seus percentuais e ampliando as tolerâncias.

Está claro que, resguardado o princípio fiscal, se procura um melhor entendimento entre o fisco e o contribuinte, a partir da premissa básica de que o Estado vive do imposto arrecadado e não da eventual multa.

Procura, também, a Mensagem, a atualização da denominação de órgãos e seus titulares, em face da reforma administrativa que se está processando no Estado.

Alguns dos artigos propostos simplesmente dão nova redação aos atuais, tornando-os mais precisos. Outros extinguem limitações de prazos, mal colocados nos dispositivos atuais, por serem os mesmos variáveis, em função da produção, industrialização, etc.

Alguns estabelecem novos procedimentos relativamente a recolhimento de imposto sobre produtos cujo pagamento está beneficiado por suspensão e diferimento.

Modificações propostas por alguns artigos, não são mais de adaptação à nova orientação federal desvinculando cominações do valor com base em salário-mínimo, restabelecendo seu valor expresso em cruzeiros.

O juro de mora, atualmente aplicado à razão de 0,5 por cento), será aumentado para 1 por cento, valor que realmente corresponde mais a realidade de retribuição de capital.

A correção monetária, atualmente aplicada trimestralmente será — como o próprio Governo Federal o faz, paralelamente a outros Estados da Federação — aplicado, aprovada a Proposição, mensalmente. Esta medida, também, beneficia ao contribuinte.

As reduções nas penalidades pecuniárias serão bastante pronunciadas em todas suas escalas. Algumas reduzidas em até 50 por cento, outras em 40 por cento etc.

O artigo de nº 10, pretende estatuir normas para cobranças de multas, aplicando-se os benefícios que se darão com a aprovação da presente proposição.

A rigor este benefício já é previsto pelo Código Tributário Federal e normalizado pelo artigo 61, da Lei nº 6364/72,

entretanto não é demais que se reafirme este propósito e que procure melhor esclarecê-lo.

O artigo 12, da presente proposição, procura estabelecer normas para cancelamento de dívidas ativas, obedecidas instruções da Secretaria das Finanças, também de acordo com princípios do Código Tributário Nacional.

Após demorados e acurados estudos sobre a matéria que ora relatamos conveniente oferecer as emendas em anexo.

Tratando-se de matéria constitucional, porquanto o Chefe do Poder Executivo está tão somente exercitando o que lhe faculta dispositivos constitucionais, oferecemos nosso parecer pela aprovação de plano de lei em estudo, com as emendas em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

EMENDA Nº 01

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 150/75, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º — O inciso II, do artigo 19, da Lei nº 6364, de 29/12/72, passa a ter a seguinte redação:

“II - pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, nas condições e prazos previstos em Instrução da Secretaria das Finanças”

JUSTIFICATIVA:

Propusemos, simplesmente, a supressão de “ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo”, uma vez que são artigos que determinam restrições e que permanecerão vigentes, já que não serão alterados pela presente proposição, logo não será necessária a ressalva.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) IVAN RUPPEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

EMENDA Nº 2

O § 1º — do artigo 8º do presente Projeto de Lei, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º — O item 4 do § 1º, do artigo 54, da Lei nº 6364, de 29/12/72, passa a ter a seguinte redação:

“4 — equivalente a 5 por cento do valor das mercadorias;

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar nota fiscal em relação a operações com mercadorias sem débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que transitar, estocar ou mantiver em depósito mercadorias recebidas, sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente à operações sem débito do imposto”.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) IVAN RUPPEL

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta pela Mensagem reduz em 50 por cento a multa prevista.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

EMENDA Nº 3

O artigo 8º do Projeto de Lei nº 150/75, fica acrescido o seguinte parágrafo:

"§ 3º — Ao § 1º, do artigo 54, da Lei nº 6364, de 9/12/72, fica acrescido mais um item, com o seguinte redação:

"15 — equivalente a 50 por cento sobre a diferença a menor do imposto devido, quando a diferença resultar de mera interpretação da Lei, excluída a possibilidade de fraude, sobre os elementos constantes da escrita fiscal e contábil do sujeito passivo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO —

a) IVAN RUPPEL

— (REJEITADA PELA COMISSÃO).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/75 EMENDA Nº 4

A letra 'd' do item 39, do artigo 12 do Projeto de Lei nº 150/75, passa a ter a seguinte redação:

"d) — em que, em caso idêntico, tenha o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais decidido por mais de uma vez, de forma favorável ao sujeito passivo da obrigação tributária".

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Alteramos a expressão "hipótese idêntica" "para caso idêntico", para tornar mais preciso o artigo. Igualmente substituímos a expressão "reiteradamente", pela expressão "por mais de uma vez", por ser a primeira um tanto vaga, já que depende de conceito pessoal.

a) WALDENÍCIO BARBALHO

a) IVAN RUPPEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Emenda nº 5

O artigo 19, do Projeto de Lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais nas operações tributáveis relativas ao ICM mediante a distribuição de prêmios.

Sala das Comissões em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO

a) IVAN RUPPEL

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Projeto de Lei em questão, oriundo da Mensagem Governamental, tem por objetivo alterar a Lei Orgânica do Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias.

A matéria foi examinada pela douta Comissão de Justiça, tendo o seu relator opinado pela aprovação da mesma, apresentando no entanto, cinco emendas.

Nesta Comissão, dado vista ao eminente Deputado José Muggiati Filho, ofereceu também em cinco emendas.

Na qualidade de relator, no que concerne examinar nesta Comissão, o que fiz acuradamente, tenho o conteúdo do Projeto e sua justificação, dizem bem do interesse público da matéria de que trata, devendo ainda serem acatadas as Emendas Nºs 3 e 4 apresentada pelo eminente Deputado Muggiati Filho, excluindo da emenda 3 apenas a expressão: em seu domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 18 ao art. 56.

Quanto as demais emendas, nosso parecer é pela rejeição, pelos motivos que passo a expor:

EMENDA NÚMERO 1.

1. O teor da Emenda 1, já oportunamente rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, oficializada a circunstância de que a lei não é clara, porque admite aprioristicamente, erros constantes e permanentes na sua interpretação.
2. Aferir se houve erro de interpretação é tarefa impossível considerando que a interpretação tem caráter subjetivo.
3. Além disso, a Emenda contraria o princípio do art. 136 do Código Tributário Nacional.
4. Por último, cabe ressaltar que a multa em relação à diferenças de ICM, em rito sumário, já é de 50 por cento (54, § 1º, 1, b).

EMENDA NÚMERO 2.

1. O art. 147, § 2º do CTN alcança apenas as declarações para lançamento por declaração e, no caso da Lei paranaense, da chamada GUIA DE INFORMAÇÃO e APURAÇÃO DO ICM (GIA), enquanto que a letra d da Lei 6364 além de desnecessária no que tange a GIA seria dar indesejável e inoportuna amplitude ao texto da lei local principalmente no que se refere a outros documentos.

2. De outro lado, o § 2º, do art. 147 do CTN, como Norma Geral de Direito Tributário que é, constitui-se preceito auto-executável necessitando de ser repetido na lei estadual para a sua eficácia.

A sua declaração na lei estadual, e assim, inteiramente supérflua (lançamento por declaração).

3. Por último cabe esclarecer que o CONSELHO DE CONTRIBUINTES já aplicou, em julgados relativos a GIA, o princípio da NGTD contida no art. 147, § 2º do CTN.

EMENDA NÚMERO 3.

1. ... em seu domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 13 ao art 56 permanecendo o acréscimo após trinta dias de intimação feita ao contribuinte.

2. A fixação, do prazo de 30 dias prescrites à inscrição em Dívida Ativa é oportuna, principalmente face aos dispositivos do CTN (art. 142, 149, etc.).

3. A intimação põe, realmente, a salvo as consequências de possíveis erros no processamento de dados, porque, normalmente, não teria significado intimar-se de circunstância óbvia, do inteiro conhecimento do contribuinte, qual seja: o não pagamento de imposto por ele mesmo declarado como devido.

EMENDA NÚMERO 4.....

EMENDA NÚMERO 5.

1. Os juros de mora incidem sobre o imposto e sobre a multa, contrariamente à correção monetária que alcança apenas o imposto.
2. Os artigos 113 e 139 do CTN definem como crédito tributário o tributo e a penalidade pecuniária (MULTA), razão porque a expressão do texto vigente está correta.

Nestas condições o parecer é pela aprovação.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

V O T O

Opino pela aprovação do Projeto em exame, ressalvadas as razões que as justificam e que acompanham o presente, dele fazendo parte integrante, as quais, se não aceitas nesta Comissão,

serão reapresentadas em Plenário, em todo ou em parte.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

EMENDA NÚMERO 1/C.F. AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Ao artigo oitavo, edite-se:

§ 3º - Ao § 1º do artigo 54, da Lei 6364, de 29-12-72, acrescente-se:

15. equivalente a cinquenta por cento sobre a Diferença do imposto devido, quando resultar de mera interpretação de lei, excluída a possibilidade de fraude sobre os elementos constantes da escrita fiscal e contábil do sujeito passivo.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) A) MUGGIATI FILHO.

JUSTIFICATIVA:-

A emenda repete a idéia e quase toda a redação da emenda n.3 oferecida pelo ilustre deputado Ivan Rüppel, rejeitada na Comissão de Justiça. A proposição simplificou a anterior, uma vez o imposto devido pode ser o total e não somente a diferença a menos. E, em qualquer caso, verificada a hipótese de se tratar de mera interpretação de lei, parece-nos justo que o contribuinte seja favorecido com tal redução.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.-

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

ADITE-SE:

O item d do número 10, do artigo 54 da Lei 6364 passa a ter a seguinte redação, que o modifica:

d - ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível, salvo os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame que serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela, na forma do § segundo do art. 147 do Código Tributário Nacional.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

JUSTIFICATIVA:-

A presente emenda visa corrigir uma das mais graves distorções verificada na aplicação dos dispositivos da Lei Orgânica do ICM, em nosso Estado.

Analisando-se o dispositivo que se pretende modificar, a priori, constata-se que o mesmo representa uma ofensa frontal ao § 2º, do art. 147, do Código Tributário Nacional.

Para que os senhores legisladores tomem conhecimento de um fato concreto, entre os inumeráveis casos que ocorrem diariamente, fui autorizado pela Sra. Luiza de Souza a usar as peças inclusas de procedimento fiscal de que a mesma foi vítima.

Verifica-se que D. Luiza de Souza devia ao Estado de ICM relativo ao mês de dezembro de 1973, a quantia

de 538,73. Contava ela, entanto, com um crédito de Cr\$ 663,11. As duas parcelas citadas foram devidamente canceladas, um saldo credor de 124,38. Ocorre que, por erro do seu Contador, o crédito foi escrito no espaço correspondente a imposto a recolher, deixando de figurar na mesma Guia como saldo credor.

Seguir, D. Luiza pagou o imposto de 124,38, que julgava devido, recolhendo-o no Banco do Estado do Paraná em 21 de janeiro de 1974. Em 3 de março de 1975, foi-lhe imposta, conforme respectivo Termo de Visita Fiscal, a multa de 300,00 do art. 54 § primeiro item 10, letra D da Lei 6364.

Autuada por Fiscal da Agência de Rendas Cajuru a infração foi assim descrita:

q Em procedimento fiscal efetuado nesta data no estabelecimento acima qualificado constatou-se ter sido apresentada a Guia de Informação e Apuração do ICM, relativa ao mês de dezembro, com preenchimento incorreto.

Em conclusão: D. Luiza era credora de 124,38, de ICM, perante o Estado. Mas, enganou-se e, ao invés de cobrar, pagou 124,38.

Que fez a administração? Devolveu-lhe o dinheiro como faria o Imposto de Renda corrigindo-lhe o erro?

Nada disso: aplicou-lhe, isso sim, mais a multa de 300,00, o que aumentou o prejuízo total da contribuinte para Cr\$ 548,76.

Há de se por cobro a tal situação demoralizante para o próprio Estado.

E a solução não poderia ser outra: ou suprimir ou modificar a redação da letra d, do citado inciso 10, parecendo-nos de melhor alvitre a sua modificação, para que as verdadeiras infrações que possa haver não fiquem imunes.

Cumpra anotar, não obstante, que à Celepar cabe, em boa parte, a responsabilidade por tais ocorrências, uma vez que os lançamentos vão aos seus computadores, onde os erros havidos aparecem de imediato. Logicamente, uma vez verificados, os enganos são corrigidos. E por essa correção a Celepar cobre do Estado os seus serviços.

Como paga à Celepar, o Estado entende que deve cobrar-se do contribuinte, que neste caso, em grande maioria, são os pequenos contribuintes.

Aí, outro absurdo, A Celepar não poderia cobrar pelas correções, objetivando aumentar seus lucros e consequentes dividendos, ao arripio da lei federal.

Se, claramente, o dispositivo federal atribui à autoridade competente a obrigação ou o dever funcional de retificar de ofício os erros contidos nas declarações dessa natureza, e aquela reanfeira à Celepar os encargos de sua computação, transferiu-lhe também as mesmas obrigações ou deveres de retificar de ofício os erros existentes, sem ônus nem para o Estado nem para o Contribuinte. É o que se pretende, como medida de pura justiça fiscal.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

EMENDA NÚMERO TRÊS AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Ao artigo 13º

Altera-se o item nº2, do artigo

57, que passa à seguinte redação:

2 - Com o decurso do prazo de noventa dias, contados da data da expiração do prazo de pagamento, previsto na legislação tributária, sem que seja extinto o total do crédito tributário declarado

caso em que será inscrito em dívida ativa do Estado, após trinta dias da intimação feita ao contribuinte, em seu domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 18, do artigo 56.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O comerciante fica à mercê de inúmeras causas que o impedem de conhecer todo o mecanismo fiscal, e, não raro, acredita que o tributo devido se ache pago. A intimação prévia virá impedir que notadamente os pequenos comerciantes sejam surpreendidos com a inscrição na Dívida Ativa de obrigações tributárias que julgam ter liquidado, pois, realmente, agiram no sentido de que o pagamento devido fosse efetuado.

Tais causas, como a desídia de preposto, erro de número de inscrição ou outros no preenchimento das guais, não podem continuar sujeitando os comerciantes de boa fé a serem injustamente citados para a cobrança de Dívida Ativa.

a emenda tem por espoco proteger os comerciantes e resguardar o Estado de práticas de medidas legais que constituem injustiças fiscais, e não raro, protelam o acobertamento de manobras excusas ou ilícitas praticadas contra os comerciantes e o Estado, em prejuízo de ambos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

EMENDA 4 AO PROJETO DE LEI NÚMERO 150/75

Substitua-se o artigo 1º do Projeto, que passa a ter a redação seguinte:

“Art. 1º - Suprima-se do inciso III, do artigo 13 da Lei 6364, de dezembro de 1972, as seguintes expressões, após a palavra Estado, onde ficará o ponto final.

... e desde que o rémetente e o destinatário estejam situados na mesma região fiscal.”

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O projeto é restritivo à ação da lei em vigor atualmente, ao dizer: “o contribuinte estabelecido neste Estado, inscrito no Cadastro de Contribuinte, que de outro, não inscrito, também localizado no Estado, receber mercadoria em operação tributável.

Vale dizer que os comerciantes, de fato, não inscritos no Cadastro de Contribuintes, ficam excluídos da ação fiscal.

O resto em vigor, nesta parte, nos parece muito mais claro e amplo e, por isso, deve ser conservado fazendo-se a exclusão pretendida ao Projeto da região fiscal, que não existe, sendo letra morta no texto vigente.

Com a supressão proposta, o texto vigorante ficará assim:

“III - O contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense quando este não estiver inscrito no Cadastro de Contribuinte do Estado”.

Com esta redação, mais simples e bem mais clara, do texto atual, ficam excluídas as expressões sem valia: e desde que o remetente e o destinatário estejam situados na mesma região”.

E o principal: os comerciantes não inscritos, pelas operações que de fato venham praticar, não terão alegação excludente que os possa favorecer, tornando-se malandramente impunes.

É preciso notar que os artigos 13 e 14 estabelecem as responsabilidades pelo pagamento do devido, atribuindo-as ao transportador, ao armazém geral, ao depositário, ao leiloeiro, ao síndico, ao comissário, liquidante, e aos contribuintes em geral, e neste rol estão o comerciante, o industrial e o produtor que promovam qualquer das operações previstas nos artigos 11 e seguintes da Lei.

Sem encargo, pois, da consideração que nos merecem os doutos propósitos do autor, entendemos que o Estado ficará com o instrumento mais justo e capaz de cobrança, ficando com o texto vigente atualizado na forma proposta pelo Projeto.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

EMENDA Nº 5/C.F.

Ao Projeto de Lei nº 150/75

Ao artigo 4º:

Substitua-se no “caput” do artigo 23 a expressão “crédito devido”.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A expressão “crédito tributário” incluiu o principal, mais multa, correção monetária e juros de mora, e outros acessórios, que possam acrescer o imposto devido.

Ora, os juros de mora são devidos em relação só ao tributo devido.

A redação proposta, pela sua ambiguidade, ensejaria cobranças absurdas, até contra a vontade do próprio Estado, cujas pretensões, acredita-se sejam restritas aos juros de mora sobre a parcela do tributo devido e não sobre o crédito global.

CERTO?

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 169/75, de autoria do Deputado João Cioni Netto, que dá nova redação ao inciso XVI, do artigo 60 da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73, Parecer favorável da CCJ, EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 169/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O inciso XVI, do artigo 60, da Lei Complementar nº, de 18/06/73, passa a ter a seguinte redação:

“XVI — remeter ao Ministério Público, no prazo de dez (10) dias, para os devidos fins, as contas rejeitadas, por infração do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967”;

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração se faz necessário a fim de dar ordenamento no prazo, para que o infrator, como estabelece o Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, não fique imune às sanções previstas.

Por essas razões, apresentamos o presente Projeto esperando do douto plenário o devido apoio e consequente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 169/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado João Cioni Netto, visa dar nova redação a inciso do Art. 60, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.

A alteração preconizada, objetiva ordenar através da fixação do prazo de dez (10) dias, para a remessa pelas Câmaras Municipais, ao Ministério Público, as contas rejeitadas, por infração do Decreto Lei nº 201.

Tal disposição não fere qualquer disposição constitucional e observado o rito especial requerido para a votação das Leis Complementares, temos que o Projeto está em condições de ser aprovado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens universitários Valdir Santin, Mário Eugênio Furtado, Luiz Fernando Furtado e Dalton Domingos Fernandes, todos residentes na cidade de Nova Londrina e Mário Correia residente nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador José Pacheco Neto. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Érico Veríssimo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que se digne determinar a instalação de um Posto de Saúde em Oliveira Castro, município de Guaíra. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias à repressão e apuração das infrações, em atenção e representação dirigida ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, e reiterada ao autor do presente requerimento, por engenheirandos. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 127/75, 128/75, 129/75 e de Lei nº 158/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 82/74, 87/75, 150/75, 169/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 130/75, 131/75, 132/75 e 133/75.

Levanta-se a Sessão.